

PROPRIETARIOS  
 João Pedro de Sousa  
 e Lyster Franco  
 DIRECTOR POLITICO  
 João Pedro de Sousa  
 DIRECTOR LITTERARIO  
 Lyster Franco  
 EDITOR E ADMINISTRADOR,  
 JOÃO PEDRO DE SOUSA  
 PUBLICA-SE AOS SABADOS

# O HERALDO

SEMANARIO REPUBLICANO DEMOCRATICO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO,  
 COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO  
 Tipografia do Heraldo  
 RUA 1.ª de Dezembro  
 FARO  
 VENDA  
 ASSINATURAS  
 mensal..... 30 centavos  
 COMUNICADOS E ANÚNCIOS  
 Cada linha 3 centavos. Para a 1.ª  
 e a 2.ª pagina centavo especial.

## CAMARA MUNICIPAL DE FARO

**Em duas sessões plenárias da Camara Municipal de Faro, uma das quaes durou 7 horas, o sr. dr. João Pedro de Sousa, presidente reeleito da Comissão Executiva, prova de maneira irresponsível que o deficit da Camara não é de dez contos, como politicos mal intencionados tem pretendido insinuar, mas unicamente de 6.936\$58, e que deste deficit cabem 6 081\$01 ás duas vereações de 1913 e apenas 855\$57 á vereação de 1914. Prova tambem que esta insignificante responsabilidade da Comissão Executiva da sua presidencia proveiu de circunstancias imperiosas e de força maior. Em virtude desta demonstração clara, terminante e insofismavel, é apresentado na meza um voto de plena confiança á Comissão Executiva.**

Tendo-se verificado que o orçamento ordinario das receitas e despesas do concelho de Faro, votado para a gerencia de 1914, não correspondia a imperiosas e inevitáveis exigencias da administração municipal, a Comissão Executiva a que tenho a honra de presidir, apresentou á Camara um orçamento suplementar, no dia 5 de novembro, pedindo-lhe que o discutisse com a maxima urgencia, pela falta que fazia ao regular andamento dos serviços camarários, e outrossim por ter de me retirar do concelho e querer assistir á discussão.

Na mesma sessão em que foi apresentado, e antes de começar a ser discutido, fez o sr. Paulo da Silva Pinto, enfatuado ex-vice-presidente da primeira comissão administrativa de 1913, a seguinte proposta:

**PROPOŊO QUE SEJA NOMEADA UMA COMISSÃO DE TRES MEMBROS PARA EXAMINAR O 2.º ORÇAMENTO SUPLEMENTAR APRESENTADO PELA COMISSÃO EXECUTIVA, ASSIM COMO EXAMINAR O ESTADO FINANCEIRO DA CAMARA, VISTO SER ESTA A ÚLTIMA SESSÃO DESTA ANO, TRAZENDO A ESTA CAMARA UM RELATORIO DE TODO O SEU ESTUDO. O relatorio deve ser apresentado ainda nesta sessão, mas se de todo não for possível não deve ir alem de quinze dias.**

Era uma proposta pouco decente, porque fazia transparecer uma certa desconfiança das boas intenções da Comissão Executiva, mas justamente para que ninguém ousasse descrever dessas intenções, exprimi a propria Comissão Executiva o desejo de que a proposta fosse aprovada por toda a Camara. E assim se fez. E foi então que outro vereador da minoria indicou para essa comissão os tres evolucionistas srs. Paulo da Silva Pinto, Joaquim da Silva Figueira e Antonio Gonçalves Marreiros. E a Comissão Executiva, que nenhum gesto queria ter de dissentimento áquelas propostas, para desviar de ali a suspeita de quaesquer receios, porque os não tinha, aceitou, com o resto da maioria, a indicação destes vereadores, apesar do sr. Joaquim da Silva Figueira, com quem, por justos motivos, estou absolutamente incompatibilizado, me não merecer confiança.

Claro está que, em vista da curiosa efervescencia que então se vinha notando entre os vereadores opositoristas, incluindo neste numero os quatro ou cinco despeitados que o Partido Democratico, em tempos, teve a crassa ingenuidade de supor seus correligionarios, claro está, dizia eu, que o autor da primeira proposta, como testa de ferro da opposição, deu logo a entender que obedecia a intuios politicos de soaheiro, no proposito de levantar dificuldades á Comissão Executiva. E o autor da segunda proposta confirmou sobejamente esse proposito.

Decorridos os oito dias da sessão em que a proposta do sr. Paulo da Silva Pinto foi apresentada, bem como a outra, e decorrido mesmo o prazo de quinze dias que, segundo essa proposta, era improrogavel, de nenhum trabalhos a celebre comissão tinha dado conta, e, porque assim acontecia, a Comissão Executiva promoveu pela segunda vez a reunião conjunta da Camara, afim de se discutir o orçamento suplementar.

Nessa altura já eu havia adiado a viagem que, por motivo de força maior, tinha de realizar a Mirandela, e adici-a porque, como disse, era meu ardente desejo assistir á discussão do orçamento, para o defender quanto em minhas forças coubesse, visto que o murmurar das Havanezas, por influencia caluniosa dos meus adversarios, já começava a tomar corpo, na afirmativa de que em volta deste orçamento havia grosso escândalo de administração municipal.

Reunida, pois, a Camara em 21 de novembro, foi outra vez apresentado o orçamento, e logo o sr. Paulo da Silva Pinto, de mau sorriso nos labios e veneno a escorrer-lhe da boca, pediu novo prazo, mais quinze dias, para a comissão de que fazia parte efetivar os seus trabalhos. E não se lembrava de que este prazo era o terceiro e de que o segundo tinha de ser improrogavel, por força da vontade que ele proprio exprimira na sua provocante e insidiosa proposta. Então eu, necessitado de partir para o norte e indignado com a perigosa e nojenta rebeldia da comissão, fiz em plena Camara, abertamente, a declaração de que o desejo dos meus adversarios era discutirem o orçamento numa sessão em que eu, por estar longe, não pudesse defendê-lo e arredar quaesquer investidas que ousassem fazer á comissão da minha presidencia. Proferidas, como desabafo, estas palavras, que tinham o seu fundamento, o sr. Paulo da Silva Pinto, levantando-se, fez, solenemente esta afirmação:

**Garanto, sob minha honra, que a comissão de que faço parte não apresentará á Camara o seu relatório, enquanto o sr. dr. João Pedro de Sousa estiver ausente.**

E ninguém, entre todos os vereadores, ao ouvir esta declaração, teve o mais ligeiro gesto ou palavra de discordancia.

Terminada a sessão de Camara, o sr. Paulo da Silva Pinto repetiu-me cá fora a mesma afirmação que ali fizera, e em virtude de eu ter ficado plenamente convencido de que tal sucederia, assentei por fim na data da viagem, e efetivamente parti para Mirandela tres dias depois, a 24 de novembro, na persuasão insofismavel de que o sr.

**Paulo da Silva Pinto saberia respeitar o seu compromisso, ainda que quaesquer razões, por malogres que elas se pudessem julgar, lhe fossem impostas ou sugeridas. Acima de tudo a sua palavra de honra!**

Quando já em Mirandela pensava nos preparativos do regresso, recebi um telegrama do sr. Cirilo Tavares Belo, a essa altura vice-presidente da Comissão Executiva, solicitando a minha comparencia á sessão do dia 30 de dezembro, visto que se resolvera para esse dia a apresentação do relatório e a discussão dos orçamentos. E porque na ocasião em que me foi entregue o telegrama se tinha atado incendio num dos meus predios, precisamente numa dependencia daquelle em que então residia, sendo-me por isso absolutamente impossivel assistir á referida sessão de 30 de dezembro, respondi ao sr. Cirilo Tavares Belo, dizendo-lhe o desgosto por que tinha passado e alegando escusa. Dias depois, sofria o novo desgosto de ver cair duma varanda para a rua, um dos meus filhos, o mais velho, e esta circunstancia não ponderavel, fez com que tivesse de protelar, pela segunda vez, o dia do meu regresso. E porque a fatalidade havia tomado conta de mim, quando já estava um pouco refeito dos desastres que sofrera, passei ainda pela desventura de ver morrer-me, quasi nos braços, outro meu filho, o mais novo.

Houve portanto razões que justificaram iniludivelmente a minha ausencia. Entretanto, em Faro, o sr. Paulo da Silva Pinto quebrava o compromisso que, em nome da comissão encarregada de fazer o exame do orçamento suplementar, havia tomado sob sua honra, e a Camara, estando eu ausente, apreciava a seu modo o relatório em que essa malevola comissão fazia de má fé os seus estudos, apresentando com descabelados intuitos politicos, diversas considerações nojosamente falsas, que foram sem duvida a origem dessa atoarda que para ahi correu de que a Comissão Executiva deixara, na gerencia de 1914, um deficit de dez contos, da sua responsabilidade, e, o que toda a gente de carater julgará bem peor, — que foram tambem a causa, politicamente preparada, dessa repugnante calúnia que quaesquer bandidos sem escrúpulos aventaram contra a minha dignidade incorrível, e que consistiu em espalhar-se que eu, retirando-me desta cidade, onde não mais voltaria, tinha deixado na Camara um desfalque de dez contos!!!

Foi isto o que, com extraordinaria supreza, para juntar aos meus anteriores desgostos, eu vim saber em Faro, no dia da minha chegada, consolando-me todavia a grata ideia de que, apesar de tão injustas e desleaes acusações, e de tão acintosa calúnia, a Comissão Executiva, em sessão do dia 30 de dezembro, tornara a eleger-me seu presidente.

Compulsando o relatório, duas coisas, antes de tudo, me causaram indignação e repulsa: o arrojado cinismo com que se faziam afirmações manifestamente contrarias á verdade, e a estranha ousadia e má criação com que velhacamente e abusivamente, fora do mandato, se levantavam insinuações e se davam censuras á quem era digno de todo o respeito e consideração. Mas enfim, tudo isso era proprio da celebre comissão evolucionista em que um dos seus membros, o sr. Antonio Gonçalves Marreiros, publicamente se declarava estranho ao caso, declinando por tal motivo a sua responsabilidade, em que outro, o sr. Joaquim da Silva Figueira, não merecia á minha confiança, por ser reconhecidamente suspeito, e em que o terceiro, o sr. Paulo da Silva Pinto, era capaz, como de facto foi, de cair na vergonhosa e ridicula fraquesa de não saber respeitar o seu compromisso de honra.

Nesse criminoso relatório, alem das censuras e insinuações a que, em nome da Comissão Executiva, dou o maior desprezo, por virem de semelhantes personalidades, e alem de certas inexactões de menos valor, afirma-se: 1.º Que a Comissão Executiva, para cumprir uma determinação da Camara, devia ter aplicado, em relação á cobrança do rendimento dos terrenos da Cerca dos Capuchos, uma taxa superior áquella que applicou; 2.º Que na Feira de Faro mandou, abusivamente, cobrar taxas superiores ás que foram votadas em sessão de Camara; 3.º Que descurou á construção de catacumbas, do que resultaram graves prejuizos para a cidade; 4.º Que vendeu animaes da Alameda por preços diferentes dos da tabela; 5.º Que despresou a receita de dividas facilmente cobráveis; 6.º Que deixou de pagar a todos os medicos, executando apenas, com manifesta desigualdade, os srs. drs. Alexandre de Assis e Gálvão de Melo; 7.º Que tinha desnecessariamente ao serviço da fiscalização da luz electrica um empregado de conta da Camara; 8.º Que a Comissão Executiva recebeu da Camara transita dividas a pagar no valor de 5.355\$25 e que dessas dividas pagou somente 4.407\$86, etc.

Ora, prestando á verdade a homenagem que ela sempre nos deve merecer, é absolutamente inegavel: 1.º Que a Camara, no que diz respeito á Cerca dos Capuchos, em tempo algum resolveu elevar as taxas do rendimento, porque nem taxas havia, sendo este o motivo por que a Comissão Executiva recebeu em 1914, e ainda hoje recebe, as rendas que foram estipuladas no tempo das antigas vereações.

Os possuidores da Cerca dos Capuchos não pagam taxas de occupação, mas sim rendas mensaes, o que é bem diferente. A cerca tem 716 metros quadrados, de que são possuidores dois industrias honestos, que ali tem montadas as suas fabricas. Pagam á Camara a renda mensal de 5\$85. Pois a inteligente comissão de que faz parte o sr.

Paulo da Silva Pinto, com a sua imparcialidade e sadio escrupulo, teve a genial ideia de censurar a Comissão Executiva, pelo facto de não applicar a esses 716 metros de terreno a taxa de cinco centavos, que a tabela anexa ao Código de Posturas estabelece para a occupação de cada metro em períodos de cinco dias! Ou melhor, essa extraordinaria comissão queria que os 716 metros da Cerca dos Capuchos rendessem á Camara nada menos de 314\$80 em cada mez, ou sejam 2.577\$60 por ano!!! — 2.º Que a cobrança das taxas de terraço na Feira de Faro, se fez rigorosamente á face da lei, em harmonia com o artigo 20.º da tabela anexa ao Código de Posturas, devidamente publicado, que manda applicar a taxa de tres centavos por cada metro quadrado. E' certo que a Camara deliberou uma vez manter em dois centavos essa taxa, mas dias depois dava o seu voto de aprovação ao projeto da tabela, que a fixou em tres centavos; — 3.º Que não descurou a construção de catacumbas no cemiterio da Esperança e a prova é que, durante a sua gerencia, mandou, para esse fim, chamar á sala das sessões varios canceiros, entre eles os srs. José Maria Pauling Fernandes e Antonio Caramujo, incumbindo este ultimo de fazer os trabalhos necessários para a construção de quarenta, que num curto prazo devem estar concluidas. Convem notar que, durante todo o ano de 1914, a Comissão Executiva, sómente, pelo facto de não aa ter, deixou de vender tres catacumbas, que lhe dariam o rendimento liquido de 22\$00 e cuja falta, por ser apenas de tres, nenhum prejuizo de ordem moral ou material causou á cidade, como desastrosamente o afirma a venenosa comissão que teve por força vital o espirito sadio e escrupuloso do sr. Paulo da Silva Pinto. E já que me refiro á circumstancia de só faltarem tres catacumbas durante a gerencia de 1914, cumpre-me dizer que foram os srs. Alferes Palma Ribeiro, José Vasco Mascarenhas e José Julio Rebelo quem solicitou a sua venda; — 4.º Que para a venda das aves existentes na Alameda não havia nem ha tabela de preços, ao contrario do que deslealmente afirmou no seu relatório a referida comissão; 5.º Que em face da lei, não podia fazer directamente a cobrança das dividas que se tinham na conta de facilmente cobráveis, e que por tal razão as entregou á autoridade competente. E' preciso todavia lembrar que essas dividas, apesar de facilmente cobráveis, já as comissões de 1913 não conseguiram cobrá-las! — 6.º Que, como todas as outras, é falsa e repugnante a afirmação de que, devendo-se a todos os medicos, se pagou excepcionalmente aos srs. drs. Alexandre de Assis e Gálvão de Melo. Ao entrar na sua gerencia, em janeiro de 1914, a Comissão Executiva pagou aos referidos medicos, pelos seus ordenados em atraso, a quantia de 1.136\$56. Em 1914 autorizou indistintamente a liquidação de tudo quanto lhes devia, sendo porém certo que, á falta de receita para todos eles, o sr. Eduardo Soares, tesoureiro da Camara, pagou tambem indistintamente, áquelles que primeiro se lhe apresentaram.

— 7.º Que não foi desnecessaria nem inconveniente para a Camara a nomeação do fiscal da luz electrica, e a prova é que, mezes depois, a propria Camara, aproveitando o orçamento ordinario de 1915, manteve essa nomeação. E como esclarecimento, para que ninguém tenha o arrojo de manter quaesquer suspeitas sobre a honestidade e boas intenções da Comissão Executiva, sempre direi que nas gerencias de 1913 não importaram em mais de 31\$00 as multas applicadas á Companhia de Electricidade e que em 1914, dispendendo-se 51\$00 com o fiscal nomeado pela Comissão Executiva, subiu a 421\$80 aquella importância; — 8.º Que a Comissão Executiva recebeu dividas a pagar na importância de 8.324\$00 e não sómente de 5.355\$25, como desonestamente se diz no relatório da Comissão de que faz parte o sr. Paulo da Silva Pinto; — 9.º Que a Comissão Executiva da minha presidencia pagou dividas das vereações de 1913, na importância total de 5.207\$86 e não sómente de 4.407\$86, como, com a mesma desonestidade, o affirmam os intangíveis membros da aludida comissão; — 10.º Que na construção do coreto da Alameda se não dispenderam rios de dinheiro, por isso mesmo que a sua despesa, discernida bem entre as demais despesas, não foi acima de 500\$00, sem que com isto queira dizer que o serviço dos respectivos operarios e o gasto dos materiais tenham sido de irrepreensivel moralidade. Podia a Comissão Executiva ter fiscalizado melhor a construção do coreto, dos quiosques e do campo de ginastica, e dessa fiscalização resultariam, sem duvida, quaesquer vantagens, mas a falta, que é unica, não implica de maneira nenhuma um ato de ruinosa administração, nem atinge a honestidade dos membros que constituíam a Comissão Executiva; — 11.º Que nas estradas de Santa Barbara, que são as mais extensas e numerosas do concelho, gastou a Comissão Executiva, com o lançamento de pedra britada, sómente a quantia de 354\$76, verba que ficou muito áquem da consignada no orçamento e que nem de longe se parece com a extraordinaria e pasmosa quantia de 600\$00, que certos onzeneiros politicos, sem dignidade, arribuam a tal despesa; — 12.º Que a despesa feita com a alimentação do gado existente na Alameda (um cavallo, uma mula e uma egua, durante todo o ano, e uma vaca durante sete mezes) não foi absolutamente nada excessiva, porque correspondeu á diaria de menos de 24 centavos por cada cabeça, etc., etc.

Posto isto e para que a opinião publica fique bem esclarecida sobre as responsabilidades e calúnias que certa gente sem escrúpulos imputou aos membros da Comissão Executiva, faço adeante, num mapa rigoroso, o balanço das contas que se referem á gerencia de 1914.



comparando-a, até onde se torna preciso, com o procedimento da ultima verificação monarchica e de todas as verificações posteriores á implantação da Republica.

Dívidas passivas de 5.355.825, da responsabilidade das comissões administrativas do ano de 1913, conhecidas no principio da gerencia de 1914 e por isso mesmo inscritas no respectivo orçamento. .... 5.355.825

Dívida passiva de 150.000, a Manuel Rodrigues Carrasca, da responsabilidade da primeira comissão administrativa do ano de 1913, descoberta depois de feito o orçamento ordinario de 1914 e inscrita no primeiro orçamento suplementar do mesmo ano. Esta dívida foi contraída em sessão do dia 10 de abril de 1913 e corresponde ao fornecimento de 300 metros de pedra britada. .... 150.000

Dívida passiva de 259.875, a José Carlos Pimenta, da responsabilidade das comissões anteriores a 1913, referida engenhosamente no relatório apresentado á Camara em 30 de dezembro, pela comissão encarregada de examinar o estado financeiro da gerencia de 1914, na altura em que se pretendia a discussão do segundo orçamento suplementar. Esta dívida, segundo parece, ao fornecimento dos porões e grades da Alameda, mas a Comissão Executiva da minha presidencia não a reconhece, porque nenhuma ata, escripturação ou sentença existe que comprove a sua veracidade juridica. .... 259.875

Dívida passiva de 779.850, ao Hospital de S. José, correspondente ás quintas anuaes obrigatorias e ao excesso com que a Camara tem de contribuir pelo tratamento de alienados pobres desde o começo durante os anos de 1912 e 1913. No orçamento ordinario de 1914 apenas foi englobada nas dívidas passivas a verba de 233.608, respeitante ao ano de 1911, a qual já então era conhecida. A verba de 779.850 só depois veio a ser do conhecimento da Camara, em virtude da conta apresentada pela Secretaria da Administração do Hospital de S. José, no dia 23 de novembro de 1914. Como se vê, também esta dívida é da responsabilidade das comissões anteriores á gerencia de 1914. .... 779.850

Dívidas passivas de 134.000, pagas a José Martins Beneguiha e José Murgadinho, como resto de contas de empreitadas feitas em 1912 e 1913, nas estradas dos Almargues e do Peral. .... 134.000

Dívidas passivas na importancia de 850.000, contraídas pela segunda gerencia de 1913 e respeitantes ás obras do Quartel da Guarda Republicana. Além das despesas que por si propria fez e liquidou, na importancia de 1.465.850, e

As gerencias de 1913 herdaram da gerencia de 1912 (liquidada em cofre) a quantia de 954.875, onerada com a dívida passiva de 564.808, ao Hospital de S. José, pelo tratamento de alienados pobres em 1911 e 1912, e mais 6.894, aos herdeiros do medico dr. Aguedo de Miranda. Figuram no orçamento de 1913 algumas outras dívidas passivas, na importancia total de 489.003, mas estas tomaram a natureza de inexigíveis, sendo riscadas dos orçamentos posteriores. Ora, atendendo á circunstancia das comissões administrativas de 1913 terem recebido em dinheiro a quantia de 954.875, e havendo liquidado unicamente a verba exigida de 6.894, depreende-se que, ao lado do deficit orçamental de 5.285.851 ou de 6.081.801, deixaram um deficit moral de 6.233.832 ou ainda maior, de. .... 7.025.488

Mas visto haver duas gerencias em 1913, indicaremos ligeiramente a responsabilidade de cada uma delas. Assim: a gerencia que findou em 14 de junho, da qual fizeram parte os moralistas srs. Paulo da Silva Pinto e Joaquim da Silva Figueira, entrou com um saldo em cofre de 954.875. Terminada em 14 de junho, verifica-se que, não tendo pago nenhuma dívida passiva, deixou em dinheiro a quantia de 339.649, onerada da seguinte forma: 770.887 á Companhia de Electricidade, pela 2.ª prestação, que se vence passados quinze dias; 564.808 ao Hospital de S. José, pelo tratamento de alienados pobres em 1911 e 1912; 445.800 aos medicos do concelho e 6.894 aos herdeiros do medico dr. Aguedo de Miranda. — Total, 1.786.889, quantia esta que, a diminuir-se-lhe aquela verba de 339.649, deixada em cofre para a segunda gerencia, constitue o deficit orçamental da primeira gerencia de 1913, na importancia de 1.447.240. Ora, como o dinheiro em saldo, recebido da gerencia de 1912, ficou reduzido a 339.649, segue-se que a dívida passiva de 1.786.889 devem acrescentar-se os 615.826 despendidos do dinheiro que fora recebido em cofre, e a soma destas duas verbas, no total de 2.402.815, depois de deduzida a soma de 571.802 (564.808 mais 6.894) que era a responsabilidade das gerencias de 1911 e 1912, representa o deficit moral da gerencia a que pertenceram os dois cofres srs. Paulo da Silva Pinto e Joaquim da Silva Figueira, na importancia de. .... 1.831.413

A gerencia que principiou em 15 de junho de 1913 e findou em 31 de dezembro do mesmo ano e que teve como camarista o sr. dr. Justino de Sivar Weinholz, recebeu em dinheiro a quantia de 339.649, onerada, como se viu, com dívidas passivas na importancia de 1.786.889. Recebeu

ria, efetuadas em 1914. .... 2.078.863.

2.ª—A receber do Estado, como quantia que a gerencia de 1914 lhe abonou para obras de conservação do edificio do Governo Civil do Peral. .... 134.833.

3.ª—A receber da Junta Geral do Distrito, correspondente ao abono que se lhe fez para despesas com os estabelecimentos distritaes (lei de 7 de agosto de 1913, art. 59.º n.º 1): 619.872 da verba com que a Junta contribue, anualmente para os encargos resultantes da elevação do licen a central; 216.800 de renda da casa da Escola Distrital; 50.800 para despesas varias na mesma escola; e 180.800 de renda da casa anexa ao liceu. Tudo isto na importancia de. .... 1.065.872

4.ª—A receber da Companhia de Electricidade, multas a encontrar no pagamento das prestações provenientes do contrato de iluminação publica. .... 421.830

5.ª—A receber do facultativo municipal sr. dr. Virgilio Inglez, oferta destinada a auxiliar a construção de um coletoir, a qual deve encontrar-se no primeiro pagamento das seus ordenados. .... 20.800

Total destas receitas. .... 3.730.418

Oblida esta receita de 3.730.418, que devia ler-se realçada no dia 31 de dezembro, para o efeito do encerramento das contas relativas á gerencia de 1914, verifica-se que, empregando-a em fazer face ás dívidas passivas de 4.576.805, que são as que pertencem á responsabilidade da mesma gerencia, fica existindo, em relação á gerencia atual, um deficit positivo de. .... 855.857

Mas é necessario acentuar que se por um lado existe o deficit de 855.857, não é menos certo que a gerencia de 1914 melhorou consideravelmente os serviços da limpeza publica, aumentando operarios, material e animaes, fez a instalação electrica da Alameda e a do curato do Jardim D. Francisco Gomes, arborizou o largo da Alagoa, poz bancos no mesmo largo e arrescentou o numero de bancos da Alameda, para onde comprou também 150 cadeiras, dotou este passeio com um elegante coreto e um campo de ginstica, teve de sua espensa mais quatro agentes de policia, deu aos municipaes, durante o verão, apreciaveis concertos na Alameda, além de ter prestado muitos outros serviços de reconhecido interesse publico.

E já agora é justo dizer-se que da receita geral orçamentada para fazer face á liquidação das dívidas passivas que se receberam das gerencias de 1913 e para acudir ás despesas que se tornaram efetivas durante a gerencia de 1914, deixou de cobrar-se a verba de 7 contos, relativa

| VERBAÇÕES                                                | Saldo que, segundo a escripturação, devia deixar em cofre a que não apparece | Dinheiro deixado em cofre | Dinheiro recebido da gerencia anterior | Deficit recebido da gerencia anterior | Deficit deixado á gerencia imediata | Deficit positivo da sua responsabilidade | Deficit moral da sua responsabilidade | Deficit positivo da sua responsabilidade, correspondente a um ano de gerencia | Deficit moral correspondente, a um ano de gerencia |
|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Gerencia de 1 de janeiro a 16 de outubro de 1910. ....   | 3.602.884                                                                    |                           |                                        |                                       |                                     |                                          | 3.602.884                             |                                                                               | 4.550.888                                          |
| Gerencia de 17 de outubro a 31 de dezembro de 1910. .... | 1.081.852                                                                    |                           |                                        |                                       |                                     |                                          | 1.081.852                             |                                                                               | 5.191.820                                          |
| Gerencia de 1 de janeiro a 30 de novembro de 1911. ....  | 1.571.845                                                                    | 1.231.877                 |                                        |                                       |                                     |                                          | 339.668                               |                                                                               | 370.856                                            |
| Gerencia de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 1911. .... |                                                                              |                           | 1.231.877                              |                                       | 723.820                             | 723.820                                  | 1.954.897                             | 8.678.840                                                                     | 23.459.664                                         |
| Gerencia de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1912. ....  |                                                                              | 954.875                   |                                        | 723.820                               |                                     |                                          |                                       |                                                                               |                                                    |
| Gerencia de 1 de janeiro a 14 de junho de 1913. ....     |                                                                              | 339.649                   | 954.875                                |                                       | 1.447.840                           | 1.447.840                                | 1.831.413                             | 3.157.896                                                                     | 3.995.804                                          |
| Gerencia de 15 de junho a 31 de dezembro de 1913. ....   |                                                                              | 2.242.899                 | 339.649                                | 1.447.840                             | 6.081.801                           | 4.633.861                                | 4.633.861                             | 10.109.852                                                                    | 10.109.852                                         |
| Gerencia de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1914. ....  |                                                                              |                           | 2.242.899                              | 6.081.801                             | 6.936.858                           | 855.857                                  | 855.857                               | 855.857                                                                       | 855.857                                            |

Quadro comparativo dos deficits que caracterizaram a ultima gerencia monarchica e as gerencias posteriores á implantação da Republica

que constam do relatório citado, a segunda gerencia de 1913 contraiu ainda, para o mesmo fim, diversas outras dívidas, que prefazem o total de 850.000, e estas dívidas foram depois liquidadas, generosamente, em 1914, pela comissão da minha presidencia. Em face de tais razões, a responsabilidade destes 850.000 cabe á segunda gerencia de 1913. .... 850.000

Por fim, a gerencia de 1914 não só pagou esta importancia de 850.000, mas também se viu constrangidamente obrigada a cobrir a caprichosa e nefasta empreza do Quartel da Guarda Republicana, tendo de autorisar e silver outras despesas, na importancia total de 795.850, que deve ou não ser englobada na soma das dívidas passivas anteriores a 1914, conforme o juizo que se firmar sobre a que comissão pertence a responsabilidade das ultimas obras que se fizeram no referido quartel, obras que, positivamente, não podiam deixar de cumprir-se, sob pena de ficarem inutilizadas as despesas ali feitas pela comissão anterior. .... 795.850

Total das dívidas passivas de que foram responsáveis as gerencias anteriores a 1914. .... 8.324.000

Mas a segunda gerencia de 1913 deixou em cofre a quantia de 1.727.805; em dívida ativa a receber do Estado, pelo abono feito para as despesas de conservação do edificio do Governo Civil, durante o ano de 1913, a quantia de 362.894, e em gado vivo para o talho regulador a importancia de 153.800. E para que se compreenda a honestidade de que ligo a este meu trabalho, direi que a escriptura da comissão que a si propria se tornou sindicante dos atos da Comissão Executiva, só apresentou no seu relatório a primeira destas importancias, ignorando certamente que existiam a segunda e a terceira. A soma das tres verbas é de. .... 2.242.899

Em virtude disto, subtraído do total das dívidas passivas de que são responsáveis as gerencias anteriores a 1914, a importancia das tres verbas antecedentes, resta-nos uma outra importancia, que é a que constitue propriamente o deficit orçamental das mesmas gerencias. E assim, visto que nos referimos a duas somas diferentes de dívidas passivas (7.528.850 ou 8.324.000, conforme o juizo que se fizer sobre a que comissão pertence a responsabilidade das ultimas despesas que houve no Quartel da Guarda Republicana) conclue-se que o deficit orçamental recebido pela gerencia de 1914 ou atingiu a verba de 5.285.851, ou foi mais longe, até. .... 6.081.801

Convém elucidar os leitores sobre o seguinte facto:

portanto um deficit de 1.447.240, e como o deficit que legou á gerencia de 1914 importou em 6.081.801, verifica-se que á sua responsabilidade pertence o enorme deficit orçamental e moral de. .... 4.633.861

Posto isto, voltaremos a dizer que as duas gerencias de 1913 deixaram á gerencia de 1914, a que em presiti, um total de dívidas passivas na importancia de 8.324.000. E todavia certo que, como se disse, não deixaram também em cofre a quantia de 1.727.805, em dívida ativa a receber do Estado a quantia de 362.894 e em gado a importancia de 153.800.

Compulsando agora o orçamento ordinario de 1915, encontramos nele, em dívidas passivas da responsabilidade das gerencias de 1911 a 1914, a importancia de 9.578.808. Por dever de lealdade, e para que ninguém nos alegue de menos envidados os desonestos da apresentação destas contas, incluiremos ainda, no capitulo das dívidas passivas: 300.800 ao Hospital de S. José, pela quinta e excessa provavel á quinta anual de 1914, e 778.898 á Companhia de Electricidade, pela 4.ª prestação de 1914. Soma destas duas verbas: 1.078.898.

Total das dívidas passivas que transla-ram para a gerencia de 1915. .... 10.657.006

Claro está que é verdade que a gerencia de 1914 tinha dívidas a pagar na importancia de 10.657.006, mas também é certo que as gerencias anteriores lhe deixaram dívidas que atingiam a soma de 8.324.000, a fazer-lhes face unicamente com a insignificante parcela de 1.727.805 (dinheiro em cofre), mais 362.894 que havia a receber do Estado, e mais 153.800 do valor dos bois existentes para o talho municipal. Queremos dizer que na importancia das dívidas que a gerencia de 1915 tem que pagar está incluída a verba de 6.081.801, correspondente ao deficit positivo da gerencia de 1913. E sendo assim, vamos subtrair ao total das dívidas passivas (10.657.006) o deficit de 1913 (6.081.801) para verificarmos que a gerencia de 1915 cabe somente, em dívidas passivas, a responsabilidade de. .... 4.576.805

Resta-nos por ultimo averiguar até que ponto se torna possível desfazer a gravidade desta importancia, que, como dívida passiva, está onerando a gerencia de 1915.

Ora, tomando nota das receitas com que devemos defrontar a importancia destas dívidas, que são propriamente as que responsabilisaram a gerencia de 1914, temos:

1.ª—A receber do Estado, como subsidio com que é obrigado a contribuir para as despesas da Instrução Prima-

rio produto da venda de certos baldios da Camara. Esta verba não chegou a efetivar-se pela razão ponderavel de não ter sido oportunamente aprovada no Parlamento um projeto de lei que, á semelhança do que se passa em Vila Real de Santo Antonio e outros concelhos, autorizasse esta Camara a vender os referidos terrenos, independentemente das morosas formalidades das leis de desamortização.

Se outras verbas de receita não tivessem também falhado, por motivos de que a gerencia de 1914 não teve culpa, facil é de concluir que nos bastaria a alienação dos baldios, na importancia de 7 contos, para cobrir não só o deficit de 855.857 da responsabilidade da gerencia de 1913, mas ainda para extinguir o deficit de 6.081.801 da responsabilidade das gerencias de 1913. Assim, como a totalidade dos dois deficits importa em 6.936.858, verifica-se que, vendidos os terrenos e efetuada portanto a verba de 7 contos, ficaria a gerencia de 1914 com um saldo orçamental de 634.2, e moralmente com o saldo de 6.144.843, que é constituída pela soma do minus deficit de 6.081.801, que nos foi legado pelas gerencias de 1913, com a verba de 634.2, que a gerencia de 1914 teria deixado em cofre para o ano corrente.

Portanto, a Comissão Executiva de 1914, que á sua responsabilidade deixou apenas um deficit moral de 855.857, se cobrasse, como tudo levava a crer, a verba de 7 contos, que no seu orçamento representava uma das principais receitas, teria deixado um saldo orçamental de 634.2 e moralmente o enorme saldo de 6.144.843.

Mas os censors aproveitaram a circunstancia de não se ter efetuado a receita de 7 contos e, esquecendo-se do principio que lhes imponha toda a obediencia á verdade e do respeito que deviam merecer-lhes os membros da Comissão Executiva, pretenderam enxovalhar os atos desta comissão, no intuito de pôr em cheque o seu brio, a sua competencia administrativa e o seu prestigio politico, sem se lembrarem de que a verdade, tendo que ser uma só, viria pouco depois ao conhecimento da opinião publica, talqualmente as boibas de azeite á superficie da agua.

E' preciso não esquecer também este trisistorio desconchado da comissão de contas, de que fizeram parte os srs. Paulo da Silva Pinto, Joaquim da Silva Figueira e Antonio Gonçalves Marreiros: Encarregada de verificar o estado financeiro da Camara, essa portentosa comissão, que consumiu dois mezes num trabalho que qualquer mediano e eficiente em quatro ou cinco dias, apresentou em 30 de dezembro o relatório dos seus estudos, com á flagrante e genial surpresa desses estudos se referiram somente aos mezes de janeiro a outubro!!! E a Camara, que se aproveitara da minha ausencia para ajuizar dos atos administrativos da Comissão a que eu presidia, conferiu toda a fé ao acervo de mentiras que



constavam desse curioso relatório, que, apesar de não abranger na critica os serviços e contas da Comissão Executiva nos últimos dois meses do ano, e por isso mesmo estar incompleto, constituiu o alcorão dos farreiros e bravos oposicionistas, dessas escrupulosas creaturas que às provas e à lógica preferiram o enxovalho e a calúnia.

Seja porém como quer que tenha sido, creio que a ninguém, depois do meu regresso a Faro e da defesa que ali fiz, restam dúvidas sobre a competência e honestidade dos vereadores que comigo entraram na administração municipal de 1914.

E já agora, porque não grande vulto se quiz dar ao pelouro dos Passos e jardins, seja-me lícito fazer sobre o caso estas ligeiras considerações, incontestáveis como todas as outras: No ano de 1913, com as duas gerências em que se salientaram os srs. Paulo da Silva Pinto e dr. Justino da Divar Whitbott, rendeu a Alameda 209\$559 e teve de despesa 1.743\$94, havendo portanto uma despesa líquida de 1.534\$35. Em 1914 subiu a receita a 373\$20 e a despesa a 2.051\$36, sendo de 1.678\$16 a despesa líquida, — mais 143\$81 que no ano anterior, não obstante as grandes melhorias que ali se fizeram, na importação de mil e tantos escudos. Houve desgoverno? Houve ruinosa administração? Mas as gerências anteriores não deixaram na Alameda coisa nenhuma e consumiram 1.534\$35 nos mesmos serviços em que a gerência de 1914 gastou apenas 678\$16. Alcançem-nos, pois, do que quiserem, mas os factos são estes, e são bem eloquentes!

E por último, para que ninguém alimente a menor dúvida sobre a regular administração municipal feita em 1914 pela Comissão Executiva da minha presidência, apresento, num ligeiro resumo, o quadro comparativo dos déficits que caracterizaram a minha gerência monárquica e as gerências posteriores à implantação da República.

Por este quadro, que é suficientemente elucidativo, é que em relação às cinco primeiras gerências fui organizado com elementos que colhi numa crítica feita e assinada pelos srs. Paulo da Silva Pinto, Joaquim da Silva Figueira, João de Sousa Uva e outros, uns livros de registos de contas, que podem compulsa-se na secretaria da Câmara, vê-se que a gerência de 1912 foi a única que não deixou déficit, não obstante os mesmos erros, na gerência correspondente a dezembro de 1911 (num só m-z) teria deixado um déficit de ordem moral na importância de 1.951\$97. Está depois a gerência de 1 de janeiro a 30 de novembro de 1911 com um déficit relativamente pequeno, e a seguir, entre as melhores, a gerência de 1914, com um déficit de 855\$57.

E houve quem não quizesse ver os extraordinários déficits das outras gerências, especialmente a da segunda gerência de 1911 e as das gerências de 1913, e se arrojasse a classificar de ruinosa a gerência de 1914. O que é a miséria humana!

JOÃO PEDRO DE SOUSA

Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Faro.

## TEATRO CIRCO

Promete vir brevemente a esta cidade, em tournée artística, uma excelente companhia composta de artistas dos teatros de Lisboa e Porto e dirigida pelo conhecido ator Augusto de Andrade. O seu repertório contém, entre outras peças de nome, *A Tosca*, *Os Velhos*, *O Amor de Perdição*, *O Conserveiro*, e *O Filho Prodigio*. Também esta companhia se propõe representar uma peça patriótica — *Alma da França* — relativa a assuntos da guerra europeia.

## O NOSSO NOTICIÁRIO

O sr. dr. João Domingos Medeiros, notário de Vila Real de Santo António, foi autorizado a exercer a advocacia.

As comissões políticas que estão encarregadas no partido democrático da direcção dos trabalhos eleitorais resolveram na sua última reunião disputar as maiorias em todos os círculos do país e desdobrar em toda a parte onde se apresentem candidaturas monarchicas ou unionistas.

Foi assaltado em Lagos o moinho de vento situado no Serral do Mós, do qual é raudeiro o sr. Jacinto Norberto Alves, daquela cidade, por João Paes, solteiro, de 25 annos, natural de Ferragudo, concelho de Lagna, que roubou perto de dezasseis escudos. O larpão estava ao serviço daquele senhor e para praticar o roubo teve de valer-se da armação do moinho, penetrando no mesmo pela janela da capula. A autoridade administrativa telegraphou para varios pontos, pedindo a sua captura.

O sr. Antonio Augusto Alves foi exonerado de administrador do concelho de Monchique.

Foi colocado na inatividade o fiscal de 2.ª classe, em serviço em Faro, sr. Manoel de Sousa.

Os armazéns geraes de industria, de Lagos, tem funcionado com regularidade, havendo muitas entradas e saídas de conservas de sardinha, carapau e alguma carne, no valor aproximado de 89 mil escudos. Pedia baver mais movimento se não fosse a grande falta de peixe, por isso que se tem visto a braços com a miséria a classe trabalhadora das fabricas.

Foram nomeados para exercerem os logares de cabos de mar e serventes das capitães e delegações abaixo indicadas os seguintes individuos: Francisco Antonio da Cruz, cabo de mar em Alvor; João Antonio N. Bre, idem em Albufeira; Alvaro de Carvalho, idem da ilha da Cillatra; Antonio Ferreira, idem em Olhão; Eusebio Barreto, idem da Fuzeta; Antonio dos Santos Barradas, idem em Silves; Mateus Rodrigues Pinheiro, idem em Carvoeiro; Manuel Martins, idem em Vila Real de Santo António e Gonçalo Guerreiro de Sousa, idem de Quarteira; Hermenegildo Costa, servente em Portimão; Antonio Correia Batista, idem em Olhão; João da Silva, idem em Tavira e Joaquim Correia Simão, idem em Vila Real de Santo António.

O sr. dr. Alvaro Judice foi exonerado como requereu de ajudante do notário de Albufeira, sr. Joaquim de Sousa Guerreiro.

A folha official já publicou a nota do estado da vida flutuante desde junho de 1910 a outubro de 1914. Em 31 deste mez essa divida era na importância de

96 528 633\$85, mais 14.428 contos do que em 30 daquele mez.

Funcionarios que pertencem à direcção do Sul e Sueste: Joaquim Mariano, guarda-freio de 2.ª classe, promovido à 1.ª; Manuel de Almeida Terça, praticante, nomeado guarda-freio de 2.ª classe; Angelo Augusto Peixinho, guarda-freio de 1.ª classe, promovido a condutor de comboios de 2.ª; Antonio Vicente, guarda-freio de 2.ª classe, promovido à 1.ª; Salvador Afonso, praticante, nomeado guarda-freio de 2.ª classe; Antonio Martins Anado, guarda-freio de 1.ª classe, promovido a condutor de comboios de 2.ª; Filipe Marques Morgado, guarda-freio de 2.ª classe, promovido à 1.ª; José Joaquim Duarte Goulinho, praticante, nomeado guarda-freio de 2.ª classe.

Os primeiros tenentes srs. João Frederico, Judice Vasconcelos e Jorge Xavier Cordeiro, atendidos no recurso que interpuzeram contra o seu numero de ordem na lista de antiguidade, foram colocados, o primeiro a direita do primeiro tenente sr. Gonçalves Queiroz e à esquerda do primeiro tenente sr. Carvalho Crato, e o segundo a direita do primeiro tenente sr. Pedro de Lima e à esquerda do primeiro tenente sr. Daniel Lomo.

## CARTERA

Fazem anos:

Amorosa, 21.—D. Joacina Lúcia Ana Baganha Leal, D. Elvira da Silva Marreiros, D. Guilhermina Alida Ferreira, D. Constancia Eleuterio Faleiro, Sálvio da Camara, Manuel Rodrigues Homem, Luiz Parreira, Pedro da Costa Marinho, José Antonio Alves e Manuel do Carmo Fernandes.

Segunda-feira, 22.—D. Maria Luiza de Bivar Sampaio e Melo, O. Ana Henriqueta de Bivar, D. Albalina Mascarenhas Nubre, D. Maria dos Passos Pereira Reis, D. Ermelinda Monteiro Santos, Sibilista José Teixeira Neves de Aragão, José Manuel Coutinho, Eduardo Monteiro Ramos, Antonio das Dores, Moreno e o menino Carlos Alberto de Barros.

Terça-feira, 23.—D. Bernadina Paula Medeiros, D. Elvira da Silva Costa, D. Margarida do Carmo Batista, D. Lucia Domingos Antunes, José Maria Pereira, Alvaro Batista Pinto, Manuel de Sousa Medeiros e o menino Antonio Carlos Simões.

Quarta-feira, 24.—D. Luiza de Oliveira Moreno, D. Ricardo Dias da Silva, D. Eduarda Albina Teixeira, O. Ezequiel Rodrigues Moizes, Moisés Gomes Garcia, João Brito Martins, Eduardo Antonio Lopes, Francisco Pedro Ferreira e Joaquim Aurelio Constantino.

Quinta-feira, 25.—D. Maria do Carmo Neves, D. Elvira da Encarnação Cordeiro, D. Mariana Ferreira Ramos, D. Eduarda Luiza Montez, Jaime Casado, Manuel José Sena e Francisco Antonio Viegas.

Sexta-feira, 26.—D. Maria Amelia Simora Gil dos Santos, O. Maria José Romão de Almeida, O. Ana de Sousa Lopes, D. Emilia Pereira de Lemos, O. Lucinda A stania de Matos Pacheco, José Rodrigues Fontinha, Antonio Frederico da Silva, Innocencio Luciano Machado e a menina Maria Josefa Marques.

Sabado, 27.—D. Maria Amelia Pereira, O. Maria Justa Felizardo Pinto, D. Joana Rosado Correia, D. Elvira do Carmo Rocheta, Eduardo da Fonseca Siler de Sousa, Joaquim de Jesus Angelino, Antonio João Macias José Gonçalves Ramos e Manuel Alberto Leal.

Casamentos:

Conselecaram-se em Tavira o sr. José Carroiro da Noiva, recebedor em Colorado da Beira, com uma filha do major sr. Francisco Gonçalves Lopes.

Nascimentos:

A esposa do poseo velho e estimado amigo, sr. José Alexandrino da Fonseca, deu a luz com muita felicidade, uma interessante criança do sexo feminino.

As duas esposas as nossas cordes e felicitações.

Necrologia:

Viminda pela tuberculose faleceu em casa de seu pai, no sítio do Cão das Onças, em Paritudo, a sr. O. Ana Rosa da Conceição Serrenho, de 24 annos, professora official em Ferragudo.

Seppellou-se em Vila Real de Santo António, o sr. José Vicente do Carmo, lrao real muito estimado. No preito incorporaram-se pessoas de todas as classes sociais, tendo pegado as botas do calção varios amigos intimos do exilado.

Seppellou-se no dia 16 em Ferragudo a sr. D. Rosa Maria Paula de Jesus, de 12 annos esposa do sr. André da B. Mousinho. A extinta deixou 4 filhos do maior odado. A's familias esoladas os nossos pezaros.



## ANEMIA e POBREZA do SANGUE

As criancinhas, as donzellas e os que trabalham em casa estão especialmente sujeitos a esta condição. O tratamento pela Emulsão de SCOTT enriquece o sangue. As faces pallidas recuperam o rubor da saúde, desperta o apetite, aumenta o peso, torna-se normal a respiração difficil, e o corpo toma o vigor e a gordura duma saúde vigorosa.

## A PROVA DE UM PAI

Que alegria sinto quando olho para meu filho Julio, de 6 annos de idade, que era

## tão anemico e fraco

que julguei nunca o ver curado, e agora vejo-o gordo e forte. Para ele estar assim dei-lhe a Emulsão de SCOTT, e o vosso preparado fez em pouco tempo, a que muitos remedios nunca lhe fizeram. (a) João Laureano da Silva, rua do Lido, Vila do Conde, 14/14. A.

## Emulsão de SCOTT

dire de todas as outras emulsões.

A sua efficacia é inimitavel, porque mais nada se pode obter os mesmos resultados.

## ANUNCIO

### Delegação em Faro da Assistencia Nacional aos Tuberculosos

FAZ-SE publico que no dia 28 de corrente pelas 12 horas na sala da Delegação de saúde em Faro perante a Direcção da Delegação em Faro da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, proceder-se-ha à arrematação para fornecimento de pão e carne durante o periodo de um ano a começar no dia 7 de março proximo.

O caderno de encargos para as formações do contrato dos artigos a arrematar, acha-se patente todos os dias uteis no edificio da Assistencia das 10 às 13 horas.

Faro 17 de fevereiro de 1915.

O secretario,  
Augusto Joaquim Barroso da Veiga.

### Instituto de Socorros a Náufragos

Os ex-socios deste Instituto, inscritos na sede da Comissão Departamental de Faro, são por este meio avisados de que a reunião em assembleia geral ordinaria terá lugar no proximo dia 27 do corrente mez, ás 14 horas em uma das salas do Governo Civil a fim de dar cumprimento ao determinado nos artigos 43.º e 47.º do Regulamento dos Serviços de Socorros a Náufragos de 6 de novembro de 1914.

Faro, 18 de fevereiro de 1915.

O Secretario,  
Ferreira de Sousa,  
capitão 1.º classe

## Monte-pio Geral

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS  
FUNDADA EM 1810

### PENSÕES

Perante a direcção habilitam-se

D. Maria da Trindade Peres, maior, solteira, residente em Faro, como unica herdeira à pensão annual de Esc. 300\$00 legada por seu pai o socio n.º 6.341 José Joaquim Peres.

Correm editos de trinta dias, a contar de hoje, convocando quaesquer outros filhos legitimos, legitimados ou perflhados dos falecidos para que reclamem a parte que na mesma pensão lhes possa pertencer.

Findo o prazo sem reclamação serão resolvidas estas pretensões.

Lisboa e Monte-pio Geral, 4 de fevereiro de 1915.

O Secretario da Direcção

(a) Jacinto de Abrantes

### Aos construtores civis

Vende-se uma facha de terreno, na horta de Bom João, frente á Alameda, propria para construção de casas.

Quem pretender dirija-se a José da Trindade Peres, Rua de São Francisco, 51—Faro.

### Propriedade

Vende-se no sitio de Bom João de Baixo, composta de casas de habitação, ramadas, armazens, pocilgo, palheiros, terras de semear. Quem pretender dirija-se a José da Trindade Peres, Rua de São Francisco, 51—Faro.

### HORARIO DE COABIOS

PARTIDAS DE TAVIRA:

Para Tunes—7.8.  
Vila Real—8.20 (correio)—11.19  
—17.42—23.34.  
Para Faro—9.22—15.40.  
Lisboa—17.47 (correio).

## UM LINDO INVENTO

Uma senhora conhecedora de uma nova forma para obter fotografias, sem maquina e colocação das mesmas, em que qualquer pessoa pode gabar muito dinheiro em sua casa nas horas de ocio.

Distribue e gratuitamente todas as explicações para obter o metodo; a todas as pessoas que lhe enviarem cinco centavos em selos.

Escrever a M.ª Laura Jesus Buenos Ayres. Calçada de Arroyos, n.º 71 3.º esquerdo—LISBOA.

### CASAS

Vende-se uma moradia de casas na Avenida de Santo Antonio do Alto. Dirigir a Elnardo Vanez Paula.—Faro

NOVIDADE SENSACIONAL

### O LIVRO DO SOLDADO PORTUGUES

PELO

padre J. Lourenço de Matos  
O LIVRO DO SOLDADO PORTUGUES é o melhor presente que as mães, as irmãs e as miúdas e quaesquer outras pessoas podem dar ao soldado português, quer ao que vai para a guerra, quer ao que fica na Patria. É um livro cheio de encanto que conta todos os patrilhas, escrito naquele estilo brilhante do grande jornalista Padre Matos.

Preço 200 réis, nas principaes livrarias do país.

## Falta de espaço

Por absoluta falta de espaço fomos obrigados a retirar alguns artigos já compostos para este numero.

## FARMACIAS

Está amanhã de serviço das 13 às 22 horas, a farmacia *Bandeira & Ramos*.  
OBSERVAÇÃO — Depois das 22 horas e em caso de urgencia pode recorrer-se a qualquer farmacia.

REMEDIO FRANCÊS



REMEDIO FRANCÊS

### COMPANHIA DE SEGUROS

### A VICTORIA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Agencia em todas as cidades e vilas do país

CAPITAL, ESC. 500.000\$00

DEPOSITO DE GARANTIA NA CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, ESC. 25.000\$00

Seguros de searas e etras, pastagros, cereaes, palhas, maquinas debulhadoras, arvoredos, etc.

Seguros terrestres, maritimos, valores pelo correio, quebra de chapas de vidro e espelhos e lucros esperados

DELEGACAO EM LISBOA na RUA DO ARSENYAL, 84, 1.º

Telefone, n.º 481

End. Teleg. Sobred

Aceitam-se agencias nas terras onde os não houver

## LAMPADAS "METAL"

NOVA LAMPADA DE FILAMENTO TREFILADO E INQUEBRAVEL

CONSTRUÇÃO SOLIDA

AGENTES EM PORTUGAL

Appareillage Gardy, S. A.

LISBOA—RUA DA ASSUNÇÃO, 99, 2.º—LISBOA.

Esta lampada tem o maximo de luz e o minimo de consumo. É a melhor que ha no mercado e a mais barata. Pode ser deslida 10 a 100 velas. O angulo da casa Gardy em Faro e de a montagem a luz e de todos os seus aparelhos, bem como da instalação de camaras electricas e para-raios. Manda vir todo o material preciso para montagem de electricidade, tanto de luz como de força motriz ou aquilimento. —Material de 1.ª qualidade.

Preços baraticimos—AGENTE, Antonio do Carmo Beates—Rua Letas, n.º 21—FARO



